

Percalços em “Cativos da Fortuna”

LEIDIJANE RO*LIM DA SILVA

Resumo: O objetivo deste estudo é refletir sobre temas pontuais presentes no penúltimo capítulo, “Cativos da Fortuna”, do livro *Maciary, ou para além do encontro das águas*, de Hélio Rocha. Os pontos são seringalismo, hibridismo e mitologia, tratados em diálogo com referências históricas e geográficas da região Amazônica, destacando o processo de ocupação e formação dos discursos colonizadores sobre a Amazônia. Para esclarecer os conceitos foram necessárias as contribuições teóricas de Ana Pizarro e dos registros de Euclides da Cunha concernente a sua visita à região.

Palavras-chave: Amazônia; Labre; Maciary; Seringalismo.

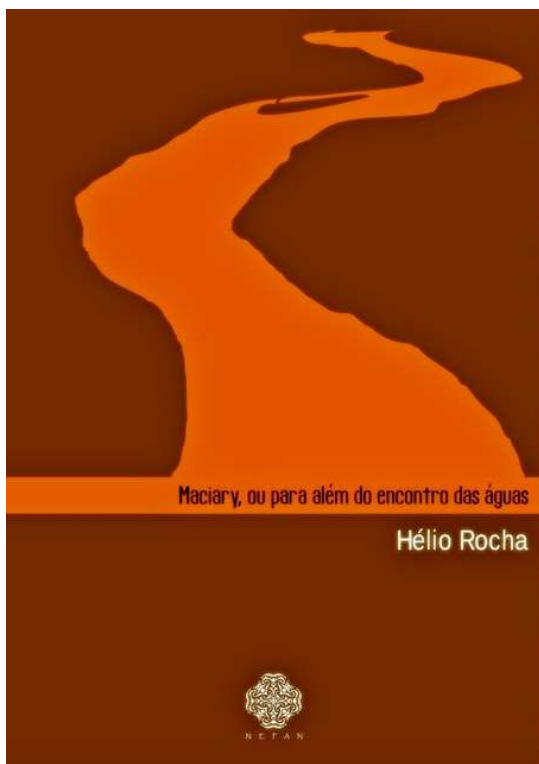
Mishaps in the “Cativos da Fortuna”

Abstract: The objective of this study is to reflect on specific themes present in the penultimate chapter, “Cativos da Fortuna”, from the book *Maciary, ou para além do encontro das águas*, by Hélio Rocha. The points are seringalism, hybridism and mythology, treated in dialogue with historical and geographical references from the Amazon region, highlighting the process of occupation and formation of colonizing discourses about the Amazon. To clarify the concepts, the theoretical contributions of Ana Pizarro and the records of Euclides da Cunha concerning her visit to the region were necessary.

Key words: Maciary; Seringalism; Amazon; Labre.



* LEIDIJANE ROLIM DA SILVA é mestranda do Programa de Pós-graduação em Estudos Literários (PPGMEL) e arte-educadora na SEDUC/RO.



Introdução

Em 2012, foi publicada a primeira edição do romance de Hélio Rocha, *Maciary, ou para além do encontro das águas*, pela editora Baraúnas. Foi republicado em nova edição, em 2018, então pela editora acreana, Nepan. Posteriormente, o autor publicou uma coletânea de contos, *Gaivotas* (2015) pela Penalux, ambos os livros exploram a ambientação amazônica vinculada aos dados históricos em mescla com o elemento ficcional. Além desses dois títulos, Rocha ainda é autor de outras produções acadêmicas e tradutor de narrativas de viagem da língua inglesa.

Atualmente Hélio Rocha vive em Porto Velho, é professor da Universidade Federal de Rondônia (UNIR) e tem como eixo de seus trabalhos os estudos culturais amazônicos. E *Maciary* não foge do eixo, sua narrativa trata do surgimento da pequena cidade homônima, localizada no meio da floresta, nas margens do rio Purus, bem como, dos conflitos travados entre a companhia trazida pelo Coronel Labre (o fundador da cidade) e os nativos que ali viviam antes da sua chegada;

também é expressa as dificuldades dos que insistiram permanecer nas redondezas da nascente “civilização” do Purus a (sobre)viverem sob limitações. Os capítulos são de certa forma, independentes um do outro, e se concentram menos em torno dos personagens do que nos episódios e conflitos ocorridos naquela região, e deste modo atravessam o livro até a velhice de Labre, quando decide retornar para o Maranhão, e a cidade, já estabelecida, segue próspera sem seu fundador.

Por enquanto, nos deteremos, principalmente, no seu penúltimo capítulo, “Cativos da Fortuna”, buscando refletir alguns conceitos perceptíveis na configuração narrativa. Deter a análise em apenas um capítulo não implicará no risco de perder o fio condutor, pois cada capítulo realça um ou mais aspectos de denúncia concernente às consequências da colonização física e ideológica daquele trecho na selva, de modo a permitir a leitura independente da sequência linear sem o prejuízo da compreensão do mesmo. Tal como em *O cortiço* (1890), o núcleo narrativo foi concentrado mais nos problemas sociais de um lugar do que nos personagens que compõem a trama, neste caso, a cidade amazônica, pois não foram narradas as aventuras de um sujeito, mas sim, dos percalços da instalação de Maciary. Assim como nos contos e romances de Sherlock Holmes, há uma progressão temporal e uma permissão da leitura em ordem progressiva ou alternada de cada capítulo sem a dependência uns dos outros.

Ao seguirmos na leitura de “Cativos da Fortuna”, logo se percebe a intenção do narrador em transportar o leitor para um meio amazônico, não só por causa das cenas descritas, mas, sobretudo, pela linguagem adotada. O vocabulário é denso de expressões familiares aos habitantes da região amazônica, tais

como, “terçado”, “tarrafeiar”, “pitiú”, “festejo” e o modo de nomear objetos e animais: “embira”, “calango”. Em decorrência desta inserção dos traços culturais locais no contexto literário parece ocorrer uma identificação da experiência do leitor, oriundo destas localidades, com a obra, um reconhecimento do amazônida, uma aproximação com sua história e sua estética (a descrição das casas de paxiúba com trapiche, os barcos), sua paisagem (as plantações de bananeira, macaxeira, a rua da beira, a barranca do rio, as calçadas com barro). Mesmo aquele que vive nos centros urbanos da região norte, de certa forma, distante desses traços mais “genuínos” ou tradicionais, pode perceber os resquícios do vocabulário herdado e visualizar semelhanças com seu espaço geográfico. Mas é claro, essa aproximação não se limita somente a esses leitores, os de outras localidades podem acessá-la pela capacidade imaginativa e podem visualizar o ambiente mesmo sem nunca ter posto os pés por esses solos verdes.

O discurso adotado na trama de Rocha descreve uma história pelo ângulo oposto ao das narrativas dos expedicionários europeus do período colonial brasileiro. O narrador traz ao leitor um cenário vivenciado pelos habitantes da Amazônia em determinado período do primeiro ciclo da borracha e explicita as agruras sofridas por aqueles fugitivos da seca que se deslocavam para a floresta em busca de fartura, em paralelo à exposição da perda gradual das tradições e rituais praticados pelos indígenas, como no caso de Catita e sua família, coibidos de cultivarem seus hábitos.

Um dos pontos que se destacam na trama é o seringalismo praticado pela população maciaryense, seu sistema de trabalho e os modos de sobrevivência daqueles trabalhadores da borracha e/ou coletores e

extrativistas que, a fim de se manterem vivos, necessitavam comprar o básico: alimentos, ferramentas, remédios, entre outras necessidades. A compra do básico resultava no endividamento crescente, devido à espoliação praticada pelos barracões, visto que, não era possível adquirir produtos em locais alternativos.

O seringalismo: exploração dos recursos naturais e humanos

Vindos de Boca do Acre à procura de melhorias em Maciary, a família Claro representa as levas de pessoas em êxodo à procura de melhores oportunidades em lugares a respeito dos quais ouviam falar de prosperidade no meio amazônico. O patriarca, Manuel Claro, assim que chegou à cidade, não perdeu tempo, informou-se sobre os trabalhos disponíveis e passou a se empenhar em vários ofícios: o corte da seringa, trato do roçado e corte de lenha, além da pesca para a subsistência da família. Era preciso trabalhar extenuantemente para arrecadar produtos do seu trabalho e negociar por mercadorias.

Botinelly, por sua vez, personifica o comerciante avaro, a própria imagem da burguesia sedentária, desonesta, farta, que se mantém em prosperidade à custa do trabalho de homens desprivilegiados. Reservadamente nas madrugadas, fraudava os valores anotados no caderno de aviação, aumentando, desse modo, as dívidas dos seringueiros e demais extrativistas.

Isso constituía uma prática habitual nos seringais. A dívida acumulada obrigava o seringueiro a trabalhar além do necessário para quitá-las, não podendo abandonar o lugar, e sendo forçado a dedicar muitas horas à extração e a outras atividades no intuito de arrecadar o equivalente ao débito. O que dificilmente ocorria, considerando o estabelecimento dos altos valores atribuídos aos produtos

intencionalmente pelos seringalistas objetivando manter os homens nos seringais, trabalhando o máximo e ganhando infimamente para elevar o lucro daqueles.

Manuel Claro e Botinelly representam os dois lados do sistema de aviação. O primeiro, o retrato do seringueiro que necessitava de mercadorias e precisava trocar e o fazia pelo regime da aviação, com um preço injusto, “o preço de seus produtos não condizia com seu real valor. As mercadorias vindas de Manaus valiam três ou quatro vezes mais que quilos e quilos de borracha, de sorva, castanho, óleo de copaíba, etc.” (ROCHA, 2018, p. 114). Já o segundo é a imagem dos barracões, do seringalista que extraíam o máximo da mão-de-obra dos trabalhadores.

O trabalho dos homens dos seringais era algo análogo à escravidão na vastidão da floresta. Euclides da Cunha (2000), em *Um paraíso perdido*, faz uma analogia do seringueiro com o mito de Sísifo (2000, p. 153) – condenado a rolar uma pedra sobre uma montanha pela eternidade – isto é, compara a uma punição, a um exercício exaustivo e prisioneiro.

A riqueza do Eldorado que atraía tantos homens se transformou, com o tempo, no processo econômico do Ciclo da borracha. Mas, o lucro deste processo permitiu a pouquíssimos o usufruto da extração da goma elástica, conquanto para os trabalhadores restaram somente a infelicidade da prisão e endividamento contínuo, expostos às doenças e à própria sorte, o suficiente apenas para continuarem vivos extraíndo o látex e alimentarem a indústria e a guerra pelo país afora.

Imaginário, mitologia e catequismo

Para trazer luz à sua civilização puruense, Labre precisava fazer a vigilância contínua aos costumes dos moradores, ele

mesmo se encarregava pessoalmente de levar o Evangelho para manter a “salvação daquelas pobres almas”. Seu projeto precisava ser mantido. E o amansamento daqueles era primordial, e o que poderia ser mais eficaz do que as leis divinas?

Os nativos que quisessem manter seus rituais não poderiam fazê-los assumidamente, era necessário realizá-los reservadamente para que não fossem ainda mais hostilizados, visto que já eram considerados pelos cristãos como criaturas selvagens, influenciadas por forças demoníacas. Um risco, uma má influência e que para o bem da moral, da civilidade e segurança tinham sua morte justificada.

Diante da vigilância e imposição dos seus, pode-se pressupor a postura de Labre acerca do que se compreende por cultura. O Coronel acreditava que “não havia cultura ali”; nada existia naquelas margens até a sua chegada; e que os nativos que ali viviam eram isentos de qualquer conhecimento válido ou tradição cultural. Vejamos o excerto:

Agora que residiam em Maciary, abandonavam, pouco a pouco, seus costumes, suas crenças, suas leis e sua cultura. [...] Ele mesmo, o Coronel, visitava semanalmente os moradores de seu império puruense. Falava-lhes dos Evangelhos; [...] E por isso ele dizia aos compadres e comadres que, antes de sua chegada ao Purus, não havia cultura ali. [...] A família de Catita, entretanto, esforçava-se para manter alguns costumes e tradições. Em segredo [...] fizeram todos os atos ritualísticos relacionados ao nascimento de Tinaúá. (ROCHA, 2018, p. 108)

Outro dado evidente na construção textual é a referência da mitologia grega refletida na personificação dos fenômenos da natureza (Vida, Morte, Tempo, Sol etc.). Uma em destaque,

Fortuna, que dá nome ao capítulo, é uma deusa romana identificada com Tique, sua correspondente grega. Ela carrega consigo em suas representações alguns símbolos: da abundância (o corno); da inconstância (a roda), enfim, costuma ser identificada como a deusa do acaso e da sorte (HACQUARD, 1996, p. 68). Cativos da Fortuna, homens vulneráveis à sorte que lhe foi atribuída, para alguns a própria fortuna, a outros, a miséria.

Porém, nesse contexto amazônico, as mitologias ocidentais somadas à cultura nativa deram oportunidade à “transmissão da cultura oralizada”, como expõe João de Jesus Paes Loureiro em *Cultura Amazônica: uma poética do imaginário* (2001, p. 65). Com isso confundem-se e transformam-se em elementos constitutivos do imaginário social, passando a ser um traço da identidade amazônica, sendo mais forte, ainda hoje, sua existência nas populações tradicionais, ribeirinhas e quilombolas.

Os primeiros exploradores europeus chegaram à região Amazônica — até o nome da região passou a ser assim chamado devido ao mito das Amazonas, oriundo da cultura grega — sob a influência das suas mitologias ocidentais que posteriormente se fundiram com as cosmogonias e explicações da natureza indígena originando figuras “encantadas”, como o Boto, o Curupira, Matinta Perera, a Mãe d’água, entre outros. Ora, em “Cativos da Fortuna”, a união de Dawari (descendente de indígenas) e Teodora (descendente de nordestinos) nos remete à questão genealógica amazônica, da sincronia dos tipos físicos e elementos culturais que caracteriza a mestiçagem, esta ocasionada pelo processo de formação da população amazônida.

No século XIX havia uma forte discussão nas ciências biológicas pelas pesquisas eurocêntricas, acerca do hibridismo – o

cruzamento de diferentes espécies animais e vegetais – inclinadas para uma compreensão negativa do termo devido a esterilidade concernente a essas misturas. Desta percepção, o estigma foi levado para o campo antropológico, de modo que, passou-se a difundir que as relações entre os diferentes povos ocasionariam certo tipo de degradação ou infertilidade aos descendentes (COSER, 2012, p. 165). Fica nítido com essa rápida contextualização histórica o potencial de um discurso promovido pelas instituições científicas, principalmente, quando produzidas sob uma única ótica cultural e arraigados num sentimento de superioridade.

No mesmo sentido, é relevante trazer a passagem de outro capítulo, de quando Dawari e sua irmã, Catirina, brincavam com Teodora e seu irmão, filhos de arigós, e sempre alertavam seus filhos para não brincarem com as outras crianças indígenas (2018, p. 59). Este trecho nos mostra o maior feito do colonizador: colonizar as mentes dos colonizados, estes passaram a acreditar, de algum modo, serem superiores aos indígenas, apesar de estarem convivendo no mesmo lugar e sob, praticamente, as mesmas condições e de, ainda por cima, precisarem da ajuda e do conhecimento deles.

Por muito tempo os primeiros registros históricos, científicos e literários sobre a Amazônia foram realizados pelo olhar do estrangeiro, por meio dos tratados científicos de história natural, documentos, artefatos, cartas direcionadas às realezas colonizadoras, e principalmente, pelos relatos de viagem, mediadas por estas, também as imagens traduzidas a partir da imaginação de quem as faziam ao ler as descrições contidas nas informações que chegavam, gerando imagens grotescas e fantasiosas.

A partir disso, ocorriam as mais diversas interpretações, por sua vez, distorcidas, levando em consideração a postura daqueles que se encontravam num nível cultural “superior” e etnocêntrico. Ou seja, as primeiras informações da região são extremamente parciais, sem qualquer postura relativista ou senso de alteridade. Ao estudar tais fontes o pesquisador precisa ter essa consciência.

Só a partir do século XIX e XX, começaram a surgir as primeiras literaturas escritas por autores locais, “um olhar de dentro”, por assim dizer, no intuito de desmistificar e/ou denunciar aquelas narrativas com base em dados históricos. E um desses olhares é referido em *Maciary* na passagem em que os jornais locais publicam a “chegada de uma comitiva de exploração e reconhecimento do Purus”. O chefe desta comissão é Euclides da Cunha, autor de *Os Sertões* (1902) – obra que também aborda questões sociológicas, mas do contexto nordestino. É sabido que Euclides foi um escritor relevante para a literatura brasileira e contribuiu com mais dois livros resultantes dessa expedição ao Purus (que, de fato, ocorreu) e resultou na obra inacabada *Um paraíso perdido* e, contribuindo com muitas informações acerca da geografia e do cenário onde os seringueiros eram explorados desumanamente.

Vejamos um trecho em que o narrador sugere a postura do engenheiro e escritor sobre *Maciary*:

Quando a comitiva despontou na curva do Purus, alguns Maciaryenses começaram a agrupar-se na ponta da calçada, perto da construção do Grupo Escolar. Explosões de fogos de artifícios misturavam-se aos gritos e o abanar de chapéus dos moradores daquela cidadezinha, a única “célula da civilização no Purus”, como escreveria mais tarde, o geógrafo e engenheiro chefe da comitiva de

Reconhecimento do Alto Purus.
(ROCHA, 2018, p. 114)

É uma forte característica dos romances regionais amazônicos (e com “regional” eu me refiro a ambientação do cenário amazônico) a inserção de fontes históricas na composição narrativa. O intuito do autor é, claramente, instigar a leitura para a investigação desses fortes documentos no intuito de complementar e direcionar o conhecimento mais profundamente sobre os problemas que o autor sugere a discussão.

Em seu livro *Amazônia: as vozes do rio: imaginário e modernização*, Ana Pizarro apresenta a Amazônia como resultado de uma soma de discursos, e um desses discursos é oriunda das vozes dos intelectuais, sendo um desses, Euclides, devido à sua contribuição bibliográfica acerca da região.

Contemporaneamente, com os estudos da antropologia social, estudos culturais e pós-coloniais, sua influência favorece a valorização e a difusão de criações literárias, artísticas e culturais produzidas por aqueles que vivem nas regiões consideradas periféricas. Hélio Rocha, ao escrever *Maciary*, traz para o texto esse olhar interno, humanizando os tipos representados outrora como malignos, ignorantes e primitivos. Ou seja, nesse discurso, temos a perspectiva de um autor nascido em Lábrea, cidade a qual é feita alusão no texto, fundada pelo Coronel Labre. Vejamos o que Cunha nos diz acerca da instalação de Lábrea:

Este movimento começou em 1870 e teve um guia, o Coronel Antônio Rodrigues Pereira Labre. Eficazmente auxiliado por Manuel Urbano, que o agasalhara em Canotama, o aventureiro maranhense pouco tempo depois prosseguiu pelo Purus acima, passando Huitanaã, terminus da navegação incipiente – e foi estacar nas vizinhanças da confluência do Ituxi.

Naquele ponto, sobre uma “barreira” sobranceando a margem direita do rio, derribou um lanço de floresta e alevantou num dia um papiri de folhas de palmeiras.

Plantara uma cidade. Lábrea surgira em breve no deserto, perpetuando-lhe o nome, e tornando-se o mais avantajado ponto de apoio à conquista que prosseguia. (CUNHA, 2000, p. 287)

Euclides faz elogiosos comentários sobre a cidade surgida em meio ao deserto verde. Apesar de sua postura positivista e nacionalista contribui significativamente com o seu relato devido à sua descrição do trabalho dos seringueiros, denunciando o sistema desumano do trabalho destes. Para fins de esclarecimento, ressalta-se que no livro *Maciary* não aparece o nome da cidade amazonense de Lábrea, contudo, fica implícito ao leitor, devido aos indícios deixados pelo narrador, como, por exemplo, a localização próxima ao rio Purus, os nomes vinculados a registros históricos: do Labre e do próprio Euclides da Cunha.

Considerações finais

Maciary é uma obra literária alimentada pelo espaço extratextual – o dado histórico. Narra o surgimento de certa cidade num cenário a espelhar o processo de ocupação pelos colonizadores portugueses da região amazônica brasileira, mais precisamente no estado do Amazonas. A narrativa de *Maciary* destoa daquelas escritas pelo explorador em viagem levando em conta a preocupação do autor em incluir na ficção literária a conscientização e a politização dos seus leitores.

Curiosamente Hélio Rocha escreveu sobre uma cidade localizada às margens do rio Purus. A Amazônia é uma região reconhecida por sua biodiversidade e abundância hidrográfica, onde a maioria

das cidades tem proximidade com algum rio. Contudo é válido apontar a uma leitura metafórica: a sociedade à margem não só do rio, mas dos benefícios da implantação da “civilização” capitalista. Região esta que continua a gerar produtos para o mercado exterior sem deixar as vantagens para o povo que nela vive. A este é deixado os danos da extração dos minérios, destruição das florestas, da geração de energia, da queimada de hectares de floresta para plantações e criação de gado, sofrendo as contaminações, as enchentes e os altos preços para usufruir dos serviços, além do pouco espaço que lhe é dado na fatia das políticas públicas, culturais e artísticas.

Por meio da literatura é possível emitir uma fala, sensibilizar as pessoas para problemas sociais ou ainda promover a autoconsciência sobre si, seu contexto sociocultural e histórico. Rocha teve a preocupação de deixar os indícios nos entremeios do texto. Pois seu texto é carregado de pistas intertextuais passíveis de serem levadas mais a fundo pela curiosidade de quem toma contato, podendo guiar e complementar a leitura com outros títulos associados à história, enveredando assim, para uma investigação do passado.

A prática exploratória do seringal mudou de face, no entanto a essência da exploração perdura na sociedade ainda nos dias atuais. O lucro exacerbado de uma pequena porcentagem peculiar do nosso modelo econômico continua sendo exercitado em detrimento do bem-estar e do bem viver de toda uma classe desprovida do básico para viver dignamente.

A narrativa não pretende entreter, mas sim contar para seus leitores uma representação dos processos de exploração e ocupação da Amazônia no período do ciclo da borracha (1880-1920) no intuito de despertar nas pessoas um

sentimento de consciência social, histórica e identitária ao nos contar a saída do “estado de natureza” em contraste à chegada do homem “civilizado, erudito e culto”, evidenciando o sofrimento e a miséria vividos pelos indígenas, nordestinos e outros migrantes em busca de melhorias. Por outro lado, a narrativa torna familiar o vocabulário regional, os costumes, as crenças mescladas resultantes dos encontros étnicos.

A constituição da formação cultural tem seu fundamento na colonização permeada pela violência, baseada na exploração dos homens em meio à uma localidade considerada como uma das mais abundantes e ricas do planeta, composta por traços plurais. O romance nos leva a refletir sobre o cuidado com as posturas que temos diante do diferente, com a ideia de progresso e evolução, ainda infiltrada nas filosofias contemporâneas estabelecidas em espaços de poder. Mais de meio século desde as primeiras explorações dos navegantes “descobridores” os indígenas e outros povos tradicionais ainda precisam lutar por seu espaço e continuam sendo “expropriados” (SOUZA, 2016, p. 274).

Maciary aborda um prisma contrário àqueles dos relatos de viagem dos cientistas e viajantes, em que o indígena era sempre digno de desconfiança e a Amazônia considerada um lugar vazio, infernal e bestial. É de máxima importância que as vozes locais se coloquem em evidência, pondo em diálogo problemas que só podem ser discutidos por quem os vivenciam ou cresceram em um ambiente imbuído das consequências deixadas pelo passado. A história precisa ser contada por vários pontos de vista, pois cada um é carregado por suas próprias ideologias. Ora, o que é

visto de um ângulo não o é de outro. E pode-se ter um entendimento melhor ao recolher todos eles e problematizá-los pondo-os em discussão, o que só é possível quando protagonizam os canais por onde circulam as epistemologias.

Não há poder apenas nos altos cargos institucionais, o poder é bem mais amplo e numeroso na textura social, na micropolítica, nas pequenas ações, nos atos, nas leituras e vozes propagadas todos os dias. E é nesse meio que vagam as literaturas e com elas o seu potencial de mudança.

Referências

- SOUZA, J. J. V. de. Seringalismo. In: ALBUQUERQUE, G. R. de; PACHECO, A. S. (Orgs). **Uwakürü: dicionário analítico**. Rio Branco: Nepan Editora, 2016.
- COSER, S. Híbrido, Hibridismo e Hibridização. In: FIGUEIREDO, E. (Org.). **Conceitos de literatura e cultura**. Niterói: EdUFF; Juiz de Fora: EdUFJF, 2012.
- CUNHA, E. **Um paraíso perdido**: reunião de ensaios amazônicos. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2000.
- FURTADO, M. T. O nordestino entre o sertão e os seringais: figurações literárias. In: SALES, G.; SOUZA, R. A. de (Orgs). **Literatura Brasileira: região, nação, globalização**, s.d.
- HACQUARD, G. **Dicionário de Mitologia Grega e Romana**. Trad. Maria Helena Trindade Lopes. Lisboa: Bertrand Brasil, 1996.
- LOUREIRO, J. de J. P. A poética do imaginário. In: **Cultura Amazônica: uma poética do imaginário**. São Paulo: Editora Escrituras, 2001.
- PIZARRO, A. **Amazônia: as vozes do rio: imaginário e modernização**. Trad. Rômulo Monte Alto. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012.
- ROCHA, H. **Maciary, ou para além do encontro das águas**. Rio Branco: Nepan, 2018.

Recebido em 2020-07-08
Publicado em 2021-05-01